



Rede São Paulo de

Formação Docente

Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP
Ensino Fundamental II e Ensino Médio

São Paulo
2011



UNESP – Universidade Estadual Paulista
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Rua Quirino de Andrade, 215
CEP 01049-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5627-0561
www.unesp.br



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Educação
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
Gabinete da Coordenadora
Praça da República, 53
CEP 01045-903 – Centro – São Paulo – SP



**SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO**



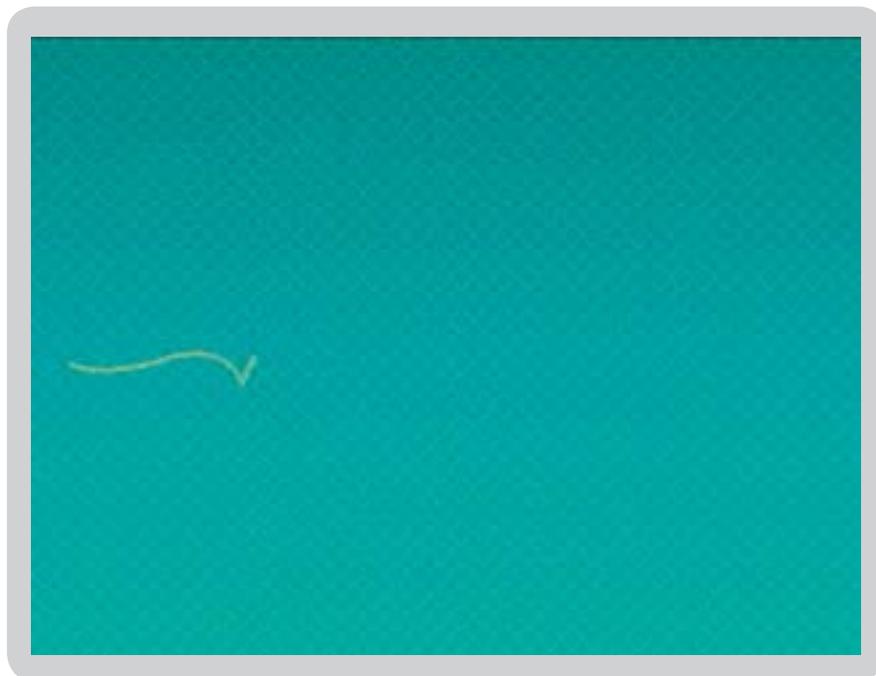


Região e Regionalização

Sumário

Vídeo da Semana	3
4. Região e Regionalização	3
Um início de conversa	3
4.1 – As regiões do IBGE	4
4.2 – Os complexos regionais	8
4.3 – A Difusão do meio técnico científico e regionalização	9
Bibliografia	11

Vídeo da Semana



4. Região e Regionalização

Um início de conversa

A palavra **região** origina-se do verbo latino *regere*, que significa governar, ou seja, exercer o poder. No antigo Império Romano, o substantivo *regio* designava área sobre a qual um determinado poder era exercido. A região era, portanto, uma construção política.

Na Geografia, porém o conceito de região emerge como estruturador no século XIX com um significado diferente. Nas obras de Paul Vidal de La Blache (1845-1918), a região é destituída de sua dimensão política, se transfigurando em construção natural e a-histórica. O método da Geografia constituiria em identificá-las e descreve-las o mais exaustivamente possível. De acordo com Yves Lacoste, essa concepção de região ofusca outras abordagens escalares e empobrece a análise geográfica:

“Essa maneira de recortar a priori o espaço num certo número de ‘regiões’, das quais só se deve constatar a existência, essa forma de ocultar todas as demais configurações espaciais, às vezes bastante usuais, foram difundidas, com um enorme sucesso de opinião, através de manuais escolares e também da literatura e pela mídia” (LACOSTE, 1993, p. 54).

Entretanto, o conceito de região pode ser resgatado deste viés naturalizante, desde que se considere sua relação com as demais escalas da geografia (tais como o mundo e o lugar). Em uma perspectiva renovada, a região se transforma em uma construção intelectual, uma maneira de abordar a diversidade espacial do planeta, cujos contornos dependem das teorias e dos métodos utilizados. Diferentes propostas de divisão regionais resultam assim de modos de interpretar do espaço geográfico igualmente diversos, bem como das transformações na dinâmica social que reconfiguram permanentemente os espaços, em suas múltiplas escalas. Tal como afirma o geógrafo Milton Santos “no mundo de hoje talvez não haja mais coincidências entre região e régio. A região deixa de ser a sede do poder, do seu próprio comando, do seu comando total e absoluto, mas não deixa de existir. O desafio é guardar a palavra e redefini-la” (SANTOS, 2003, p. 39).

4.1 – As regiões do IBGE

A Revolução de 1930 inaugurou um novo período da história brasileira, marcado pela forte centralização do poder político em torno do governo federal. A política de industrialização e de integração do mercado interno, iniciada por Getúlio Vargas, derrubou as restrições impostas pelos estados e municípios à circulação de mercadorias. Os estados perderam a autonomia legislativa sobre seu comércio exterior. Nesse contexto, o conhecimento estatístico do território e da população se transformou em prioridade nacional. Para traçar os rumos do desenvolvimento brasileiro, o governo precisava conhecer o Brasil.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criado em 1937, com a finalidade de subsidiar a ação planejadora do Estado sobre o território brasileiro. Desde o início, a realização dos censos demográficos e econômicos e o mapeamento sistemático do Brasil estiveram entre as suas principais atribuições.

O IBGE apresentou a primeira regionalização oficial do território brasileiro em 1942, com o intuito de organizar a divulgação de dados estatísticos e sistematizar as propostas de divisão regional já existentes antes de sua criação. Nesta primeira divisão do Brasil, foram delimitadas as regiões Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

Em 1945, o IBGE apresentou outra proposta, baseada sobretudo no conceito de **região natural**, emprestado da geografia regional francesa. Na ocasião, seis grandes regiões foram identificadas no território brasileiro, por meio do estudo das influências recíprocas entre os diferentes fatores naturais, principalmente clima, vegetação e relevo. Os fatores naturais eram então considerados mais estáveis e permanentes, e, portando, mais adequados para servir de base à divisão regional, como explica o geógrafo do IBGE, Fábio Macedo Soares Guimarães, coordenador dos estudos que fundamentaram a proposta:

“as regiões naturais constituem a melhor base para uma divisão regional prática, sobretudo para fins estatísticos e especialmente para uma divisão permanente que permita a comparação de dados de diferentes épocas. As regiões humanas, particularmente as econômicas, pela sua instabilidade, não fornecem base conveniente para tal comparação no tempo (GUIMARÃES, 1941).

Em 1969, o governo brasileiro oficializou uma outra proposta de regionalização, também saída dos quadros do IBGE. Desta vez, elas foram definidas segundo uma combinação de características físicas, demográficas e econômicas. As chamadas **regiões homogêneas** foram delimitadas a partir de estudos setoriais envolvendo os domínios ecológicos, o comportamento demográfico, a estrutura industrial, a agricultura, a rede de transportes e o sistema de fluxos. O resultado desses estudos foi a divisão do Brasil em 360 microrregiões homogêneas, agrupadas em sete grandes unidades macrorregionais. Assim como na Divisão Regional de 1945, os limites interestaduais foram considerados no traçado das Grandes Regiões.

Na Divisão Regional do Brasil de 1969, os estados da Bahia e Sergipe foram incluídos na Região Nordeste. A Região Sudeste foi criada em substituição à antiga Região Leste; São Paulo, antes pertencente à Região Sul, passou a integrar a Região Sudeste (observe a figura)

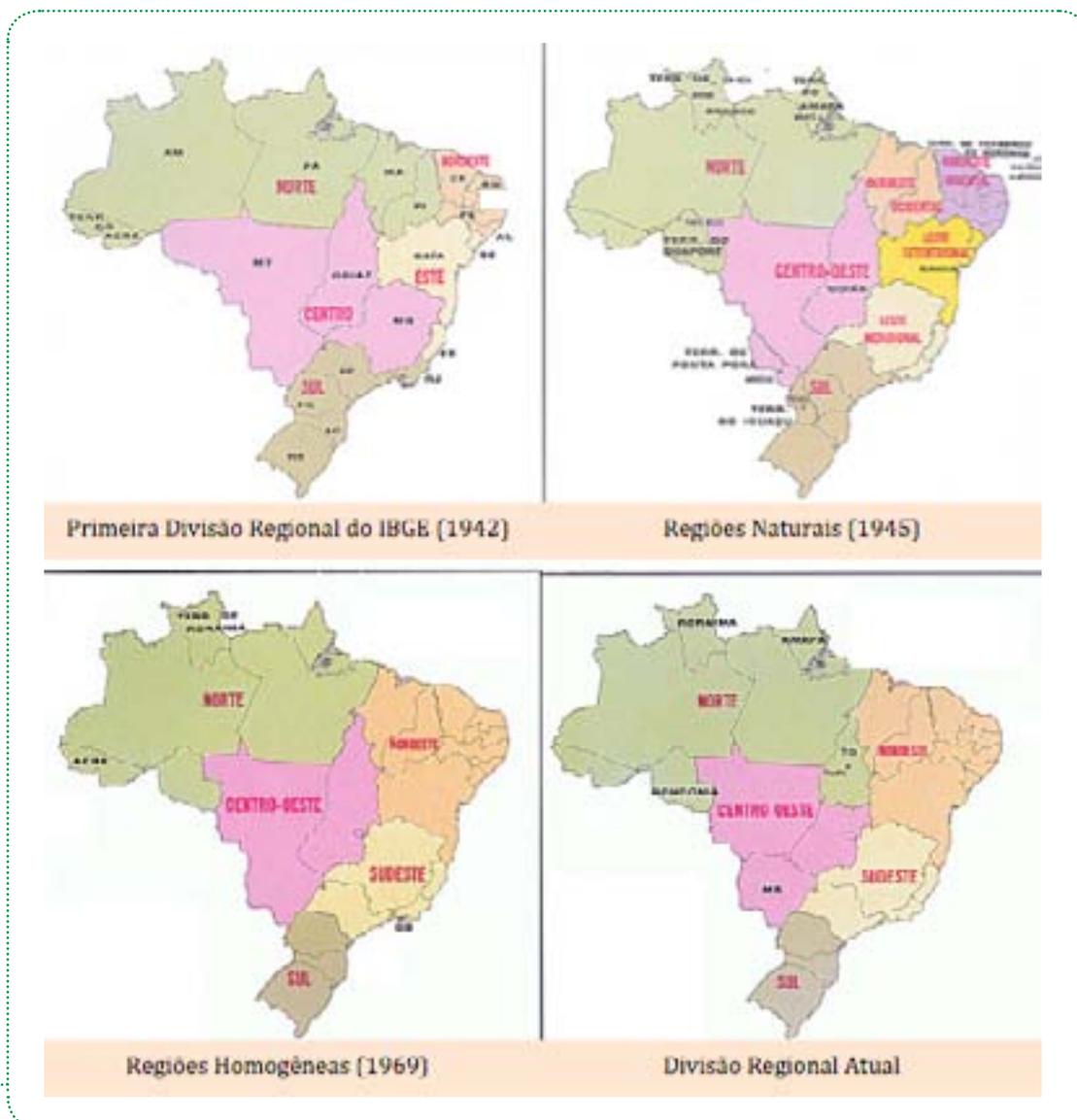


Figura 5: Evolução da divisão político-administrativa

Fonte: IBGE

Adaptado e editado por Regina Célia Correia de Araujo



Essas modificações foram justificadas com base no processo de industrialização e de crescimento econômico do país. A concentração da indústria nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais serviu de base à delimitação de uma região “central” do ponto de vista da economia. O triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte surgia como ímã dessa região “central”. Juntos, os três estados detinham mais de 80% do valor da transformação industrial do país e cerca de 70% dos empregos do setor. Por outro lado, a nova Região Nordeste despontava como região-problema, marcada pela pobreza e pela repulsão demográfica.

O critério de regionalização oficializado pelo governo militar em 1969 considera as atividades econômicas como fundamentais na diferenciação dos espaços: são elas que vão determinar as políticas de investimentos públicos e de valorização de áreas consideradas “deprimidas”. Influenciada pela *new geography* norte-americana, a burocracia ligada ao regime militar acreditava que o estudo estatístico integrado dos fenômenos naturais, sociais e econômicos forneceria subsídios à ação de planejamento do Estado, consubstanciadas essencialmente nas políticas territoriais voltadas para a integração nacional, a modernização econômica dos estados nordestinos e a conquista e apropriação da Amazônia.

No que diz respeito às macrorregiões, a divisão regional proposta em 1969 permanece em vigor, com apenas com uma modificação importante: o Estado do Tocantins, criado pela Constituição de 1988, passou a fazer parte da Região Norte.

A divisão em macrorregiões tem finalidades estatísticas e didáticas, mas é muito genérica para as necessidades de planejamento, tanto de políticas públicas quanto de localização de atividades econômicas. Por isso mesmo, o IBGE buscou detalhar a divisão regional, identificando **mesorregiões** que se distinguem pela estrutura produtiva e pela posição que ocupam nas redes que articulam o espaço nacional. Partindo dessas regiões intermediárias, procedeu-se a uma análise ainda mais detalhada do território, com a identificação das **microrregiões**, que se diferenciam basicamente pela influência dos centros urbanos e pelos tipos de uso do solo dominantes.

As subdivisões em meso e microrregiões espelham a diversidade geográfica pelas dinâmicas sociais. Por isso mesmo, quanto mais densa for a ocupação e mais complexas as estruturas produtivas, mais numerosas são as subdivisões regionais. Observe as figuras.



Figura 6: Brasil - subdivisões em meso e microrregiões

Fonte: IBGE

Adaptado e editado por Regina Célia Correia de Araujo



4.2 – Os complexos regionais

Em 1967, enquanto o IBGE conduzia os estudos que resultaram na regionalização oficial de 1969, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger lançava a proposta da divisão do território nacional em três complexos regionais. Trata-se de um esforço de captar aos resultados espaciais do processo de industrialização acelerada vivenciado pelo país desde o final da segunda Guerra Mundial.

O **Centro Sul** era o Brasil moderno, gerado pela conexão do pólo produtivo do Sudeste, no qual se concentrava a maior parte das atividades econômicas e das infra estruturas de comunicação, com o Sul e a porção meridional do Centro-Oeste, que se destacavam pela presença de um modelo agrícola intensivo em tecnologia.

No plano econômico, o **Nordeste** era marcado pela baixa produtividade agrícola e pela industrialização ainda incipiente. No plano social, pela disseminação da pobreza, expressa nos altos índices de mortalidade infantil, subnutrição e analfabetismo, e pela repulsão populacional.

A **Amazônia** se destacava como uma imensa fronteira de recursos, com conexões ainda frágeis com o centro dinâmico da economia nacional. A da floresta equatorial, as baixas densidades populacionais e ainda pelo processo de ocupação recente, indutor de grandes índices de violência na luta pela terra, completavam o quadro regional.



Figura 7: Brasil - complexos regionais

Adaptado e editado por Regina Célia Correia de Araujo

A divisão regional elaborada por Geiger ignorou os limites das unidades da federação. Dessa forma, conseguiu captar importantes diferenciações espaciais no interior de algumas delas. O norte de Minas Gerais, por exemplo, foi incorporado ao complexo nordestino, com quem compartilhava um modelo de apropriação da terra gerador de elevada exclusão social. O oeste do Maranhão e o norte de Mato Grosso e Goiás (atual Tocantins), foram incorporados ao complexo amazônico. Geiger produziu essa proposta muito antes do desmembramento dos Estados do Mato Grosso (ocorrido em 1977) e de Goiás (1988).

4.3 – A Difusão do meio técnico científico e regionalização

Na obra **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) apresentam uma proposta de regionalização, fundada na análise da difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional pelo território brasileiro. De acordo com esses autores, era da revolução tecnocientífica, os territórios são reestruturados pelas infra-estruturas que sustentam redes de informação e passam a desempenhar novas funções na economia de fluxos globalizada. O ingresso do Brasil na era da informação impulsiona uma atualização do seu território. Observe a figura.



Figura 8: Brasil - divisão regional do período técnico-científico informacional
 Fonte: (SANTOS; SILVEIRA, 2001)

A **Região Concentrada** abrange os estados do Sudeste (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) e os estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Ela destaca-se pela elevada intensidade de ciência e tecnologia nas atividades produtivas e financeiras e pela densidade das redes de circulação. São Paulo e Rio de Janeiro, metrópoles nacionais emergem como centros informacionais que comandam as redes que estruturam o conjunto da economia nacional, bem como suas relações com o resto do mundo.

O **Centro-Oeste** emerge como área de ocupação periférica, fundada na especialização agropecuária e na modernização subordinada às necessidades das firmas que têm sede na Região Concentrada. O estado de Tocantins, deslocado para a Região Norte pela Constituição de 1988, reincorpora-se ao Centro-Oeste.

O **Nordeste** define-se pelo peso das estruturas sociais herdadas do passado. Nessa região, a difusão do meio mecanizado se deu de forma pontual e pouco densa e a instalação das infra-estruturas e redes informacionais realiza-se de modo descontínuo. Assim, pontos ou manchas de extrema modernização (tais como as lavouras de soja no cerrado, os projetos de fruticultura irrigada nas margens do São Francisco e o complexo industrial no retro-porto de Suape, em Pernambuco) despontam em um meio geográfico no qual predominam áreas dotadas de baixa produtividade espacial.

A **Amazônia** caracteriza-se sobretudo pela baixa densidade técnica. Os sistemas informacionais aparecem sobretudo como formas externas, representadas por exemplo pelos satélites e radares do Sivam. Os grandes projetos de exploração agropecuária ou mineral aparecem como pontos e manchas isolados, ainda que com grande potencial na geração de impactos ambientais.

Bibliografia

- GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, abr./jun. 1941.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cartogramas de microrregião e mesorregião**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1>. Acesso em: 13 abr. 2011.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa da evolução político-administrativa**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/geo/mapa_evolucao.html>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- LACOSTE, Yves. **A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra**. Papirus: Campinas, 1993.
- SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Conhecimento e reconhecimento**. Fortaleza: UECE, 2003.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Ficha da Disciplina:

Geografia do Brasil: formação territorial e padrões espaciais



Autora: Regina Celia Correa de Araujo



Ementa:

A função da Geografia enquanto ciência é a de contribuir na compreensão do mundo contemporâneo, por meio de uma visão que parte do espaço geográfico. Nessa disciplina, o cursista será desafiado a aplicar o corpo de conceitos da geografia na análise do processo de formação territorial do Brasil, bem como a identificar as repercussões desse processo nas dinâmicas sociais e nos padrões espaciais do Brasil contemporâneo.

Palavras chaves:

América Portuguesa, fundos territoriais, identidade nacional, região, regionalização, domínios morfoclimáticos.

Estrutura da Disciplina

Geografia do Brasil: formação territorial e padrões espaciais	Tema 1 – A América Portuguesa e o Brasil	1.1. Portugal e os “fundos territoriais”
		1.2. A expansão marítima
		1.3. Organização política e administrativa das terras “do outro lado”
	Tema 2 – O Império e a Construção da Unidade	2.1. A Ideologia do Brasil-Colônia
		2.2. O território no Império Luso-Americano
		2.3. O Império Brasileiro: escravismo e fundos territoriais
	Tema 3 – A República Federativa do Brasil: fronteiras e limites	3.1. A gênese das fronteiras brasileiras
		3.2. A faixa de fronteira: isolamento ou integração?
		3.3. Poder central e autonomia estadual
	Tema 4 – Região e Regionalização	4.1. As regiões do IBGE
		4.2. Os Complexos Regionais
		4.3. A difusão do meio técnico científico e regionalização
	Tema 5 – A Natureza na formação territorial do Brasil	5.1. Os Domínios Morfoclimáticos
		5.2. Os domínios florestados
		5.3. Os domínios das formações herbáceas e arbustivas

Pró-Reitora de Pós-graduação

Marilza Vieira Cunha Rudge

Equipe Coordenadora

Cláudio José de França e Silva

Rogério Luiz Buccelli

Ana Maria da Costa Santos

Coordenadores dos Cursos

Arte: Rejane Galvão Coutinho (IA/Unesp)

Filosofia: Lúcio Lourenço Prado (FFC/Marília)

Geografia: Raul Borges Guimarães (FCT/Presidente Prudente)

Inglês: Mariangela Braga Norte (FFC/Marília)

Química: Olga Maria Mascarenhas de Faria Oliveira (IQ Araraquara)

Equipe Técnica - Sistema de Controle Acadêmico

Ari Araldo Xavier de Camargo

Valentim Aparecido Paris

Rosemar Rosa de Carvalho Brena

Secretaria

Márcio Antônio Teixeira de Carvalho

NEaD – Núcleo de Educação a Distância

(equipe Redefor)

Klaus Schlünzen Junior

Coordenador Geral

Tecnologia e Infraestrutura

Pierre Archag Iskenderian

Coordenador de Grupo

André Luís Rodrigues Ferreira

Guilherme de Andrade Lemeszenski

Marcos Roberto Greiner

Pedro Cássio Bissetti

Rodolfo Mac Kay Martinez Parente

Produção, veiculação e Gestão de material

Elisandra André Maranhe

João Castro Barbosa de Souza

Lia Tiemi Hiratomi

Lilium Lungarezi de Oliveira

Marcos Leonel de Souza

Pamela Gouveia

Rafael Canoletti

Valter Rodrigues da Silva